



GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação – Trabalho 995

## PEDAGOGIAS RELIGIOSAS NO COMBATE À “*IDEOLOGIA DE GÊNERO*”: EFEITOS DE SABER-PODER-VERDADE

Roney Polato de Castro – UFJF

### Resumo

O texto ensaia análises acerca das investidas religiosas sobre o debate público dos gêneros e sexualidades, tomando como base movimentos de pesquisa em educação e um material impresso produzido pela arquidiocese de uma cidade do interior de Minas Gerais. Os dados são relevantes para pensar nos efeitos de saber-poder-verdade instaurados pelas pedagogias religiosas colocadas em ação para denunciar, alertar e ensinar sobre os perigos da “*ideologia de gênero*” para as crianças e jovens. As análises lançam mão de ferramentas conceituais foucaultianas para problematizar alguns dos modos como os sujeitos se conduzem a partir de moralidades religiosas cristãs e dos jogos enunciativos em circulação.

**Palavras-chave:** ideologia de gênero; discursos religiosos-cristãos; educação.

### 1 Breve apresentação

As motivações para produção deste texto partem da constatação e monitoramento dos debates públicos que tomam como centralidade a abordagem dos múltiplos aspectos das sexualidades e gêneros na educação, tanto no contexto nacional, a partir das notícias que circulam nas redes sociais e sites da Internet, quanto no contexto local, a partir da participação em audiências públicas na Câmara Municipal, mesas redondas, rodas de conversa e outras atividades acadêmicas, que intentam fomentar o debate e problematizar a construção e o efeito dessa rede discursiva, a qual toma a abordagem das relações de gênero e sexualidades pelas instituições educativas como nociva às crianças e jovens. O objetivo deste artigo, portanto, é problematizar a investida religiosa, mais especificamente católico-cristã, sobre o debate público das relações de gênero e sexualidades, tomando como base dois conjuntos de dados: o primeiro, produzido com movimentos de pesquisa no campo da educação; o segundo, um material produzido por uma arquidiocese com sede em uma cidade do interior mineiro.

## 2 Rastros do debate público na sociedade brasileira e(m) movimentos de pesquisa

*“É com muito pesar e aperto no coração que venho vos alertar sobre o mal que está tentando adentrar nas escolas e confundir a cabeça de nossas crianças e jovens cada vez mais cedo. A Ideologia de Gênero quer apagar todas as diferenças entre homem e mulher e fazer com que nossas crianças e jovens entrem em uma crise de identidade cada vez maior. Nós, católicos, evangélicos, pais e mães estamos na luta contra a ideologia de gênero.”*

O excerto foi transcrito de um e-mail<sup>1</sup> enviado aos vereadores de uma cidade do interior de Minas Gerais, na ocasião em que, em todo o Brasil, discutia-se a formulação dos Planos Municipais de Educação. O “*pesar*” e o “*aperto no coração*” dizem das tensões que vêm se produzindo nas relações entre discursos religiosos, gêneros, sexualidades, de modo mais acirrado e público, nos últimos anos, em resposta aos avanços nas lutas por equidade de direitos, isonomia perante as leis e às iniciativas que pretendem abordar gêneros e sexualidades nas escolas. Destaco, dentre as tensões mais recentes, a discussão sobre o projeto de lei 122 que visava equiparar a LGBTTifobia<sup>2</sup> ao crime de racismo, cuja tramitação gerou debates calorosos, pois ele ameaçaria a “*liberdade religiosa*” de líderes religiosos/as e políticos/as que condenam e apregoam a antinaturalidade das sexualidades e gêneros dissidentes. Outro destaque foi a polêmica em torno do *kit anti-homofobia*, amplamente divulgada nas mídias, especialmente nos sites de notícias. Trata-se de um kit de materiais que seria distribuído às escolas de Ensino Médio, contendo vídeos e textos para formação e embasamento das/os profissionais da educação. O ‘*kit gay*’, como foi pejorativamente apelidado por aqueles/as que se colocam contrários à sua distribuição, foi acusado de ser uma tentativa de corromper as crianças e jovens e propagandear o ‘*homossexualismo*’ (sic). Outra polêmica foi a discussão em torno do projeto de lei 6583/13, que pretendia criar o *estatuto da família*, estabelecendo regras jurídicas para definir que grupo social pode ser considerado uma família, uma tentativa de contraposição a outros movimentos jurídicos, como a aprovação, em 2011, pelo Supremo Tribunal Federal, da união entre pessoas de mesmo gênero. Mais recentemente, acompanhamos o debate público sobre a formulação do Plano Nacional de Educação, tendo recebido destaque a deliberação de deputados/as e senadores/as para retirada de trechos do inciso III, artigo 2º, que definia

---

<sup>1</sup> O acesso ao e-mail se deu a partir de um assessor parlamentar ligado a um dos vereadores.

<sup>2</sup> Referência aos preconceitos, discriminações e violências direcionadas à lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais.

como diretriz a “*superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*”. Esse debate se estendeu para os estados e municípios, na formulação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, quando assistimos à intensificação da cruzada de agentes político-religiosos contra o que vêm chamando de “*ideologia de gênero*”, como mostra o trecho transcrito inicialmente. Trata-se de uma expressão cunhada nos meios religiosos para representar os aspectos sociais, culturais, políticos e históricos que divergem das proposições religiosas de certos agentes públicos, grupos e denominações religiosas. Uma das principais acusações é a de que, como pode ser lido no trecho do e-mail que abre esta seção do texto, a “*ideologia de gênero*” pretendia “*apagar*” as diferenças entre homens e mulheres, doutrinando crianças e jovens segundo uma indefinição identitária que desconsidera a evidência biológica.

Junto a essa cruzada político-religiosa, identificamos outra iniciativa de contraposição à abordagem das questões de gênero e sexualidades nas escolas: o *programa escola sem partido*. Embora esta não seja uma iniciativa voltada exclusivamente para o ‘combate’ à “*ideologia de gênero*”, o programa, criado em 2004, que visa denunciar o que seria uma “*doutrinação política e ideológica*” nas escolas, organiza proposições contra “*o abuso da liberdade de ensinar*” (PENNA, 2016) e engloba projetos de lei<sup>3</sup> que possuem clara preocupação a pauta:

- **Projeto de Lei nº 7180/2014:** altera o art. 3º da Lei nº 9.394/06 – inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.
- **Projeto de Lei 7181/2014:** “Os parâmetros curriculares nacionais respeitarão as convicções dos alunos, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.”
- **Projeto de Lei 867/2015** – Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o ‘Programa Escola sem Partido’: “*se cabe aos pais decidir o que*

---

<sup>3</sup> Um monitoramento desses projetos pode ser encontrado no site “Professores contra o escola sem partido”, disponível em: <<https://professorescontraescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/>>. Acesso: 25 fev. 2017.

*seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos.”.*

- **Projeto de Lei 2731/2015:** Propõe alterar o art. 2º da lei 13.005/14 (PNE), que passaria a vigorar com a seguinte redação: “Parágrafo Único. É proibida a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto.”.
- **Projeto de Lei 1859/2015:** Propõe acrescentar o seguinte parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96: “A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual.’”.
- **Projeto de Lei 5487/2016:** “Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.”.

A partir do monitoramento e da participação nos debates que envolvem os acontecimentos mencionados anteriormente, venho produzindo movimentos de pesquisas no campo dos estudos das relações de gênero, sexualidades e educação, para investigar as relações de saber-poder e as discursividades construídas no debate sobre abordar ou não tais questões nas escolas e na formação docente e, mais recentemente, de que modos os discursos religiosos e as experiências religiosas atravessam esse debate. A trama político-social de embates e negociações atravessa os projetos educacionais e de formação docente, de modo que pode ser oportuno problematizar experiências e relações que constituem essa trama discursiva, pensando que ela instaura certos modos de relação dos sujeitos da educação com os processos educacionais, a partir de suas experiências religiosas.

Em um primeiro movimento, a partir de uma pesquisa de doutorado que investigou os processos formativos em uma disciplina acadêmica do curso de Pedagogia de uma universidade pública federal, cujo foco está nas discussões das relações de gênero, sexualidades e educação, problematizei narrativas de estudantes elaboradas em *diários de bordo*, que diziam das suas experiências produzidas com as provocações da

referida disciplina para pensar as construções dos gêneros e sexualidades. Foi destaque que algumas das narrativas materializaram incômodos, confrontos e negociações entre as experiências religiosas dessas estudantes e a perspectiva de abordagem das diversidades sexuais e de gêneros. As narrativas expressavam inconformidade especialmente em relação às homossexualidades, cuja discussão na disciplina parecia afetar convicções e verdades construídas nas tramas dos discursos religiosos.

Um segundo movimento de pesquisa, em andamento, vem se produzindo a partir do primeiro, atravessado pelo debate acerca da presença das religiões no espaço público e o avanço de uma perspectiva religiosa cristã conservadora e, em certa medida, fundamentalista, sobre as políticas e práticas sociais, tendo como *alvo* as proposições, leis, políticas e direitos conquistados no que concerne às sexualidades, relações de gênero, direitos sexuais, configurações familiares e à abordagem dessas questões na educação escolar. Parte da investigação foi conduzida junto a duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual) de uma cidade do interior mineiro, tendo como estratégias investigativas questionários com questões abertas e a realização de grupos focais com docentes de uma das escolas, problematizando os atravessamentos entre discursos religiosos, gêneros, sexualidades e as práticas pedagógicas escolares.

A primeira pergunta do questionário indagava as professoras e professores sobre a presença dos discursos religiosos na formação familiar e social. Em ambas as escolas, a maior parte das/os docentes se declarou católica. Algumas pessoas se colocaram como “*não praticante*” ou apenas como “*cristã/ão*”, outras não têm uma religião definida ou não praticam qualquer religião. Merece destaque, nas respostas das/os docentes, o fato de que, mesmo professando outras religiões na atualidade, a maioria teve formação familiar católica. Em ambas, houve pessoas se identificando como “*não praticantes*”, o que parece remeter a uma formação religiosa que deixa marcas nos modos das pessoas se conduzirem.

Trazer essas respostas das/os docentes nos fornece pistas para problematizar a constituição de docências atravessadas pelas experiências religiosas, especialmente a partir de uma formação católica-cristã. Os valores religiosos estão na base das relações sociais, especialmente nas relações familiares, algo que reverbera na formação dos sujeitos de modo heterogêneo. Uma formação que pode se dar “*dentro de uma rigidez absurda*”, como registrou uma docente em sua resposta ao questionário, algo que envolve frequentar uma igreja ou não, reconhecer-se em uma determinada confissão religiosa ou dizer-se apenas cristã/ao.

Junto a esses movimentos de pesquisa, houve um monitoramento acerca dos investimentos que as igrejas e agentes religiosos vêm fazendo na construção de saberes sobre a “*ideologia de gênero*”, considerando os efeitos dessas ações na produção de modos de pensar, sentir e agir diante das diversidades sexuais e de gênero, mais precisamente do direito a uma educação que contemple tais diversidades. Para problematizar tais investimentos, além da pesquisa com as escolas, busquei selecionar materiais distribuídos à população e monitorar sites e redes sociais de instituições religiosas da cidade que pretendem informar e alertar sobre a “*ideologia de gênero*”, no intuito de pensar as pedagogias religiosas em ação, que colocam em funcionamento modos de educação que extrapolam os muros escolares. Neste texto, selecionei para análise, junto a parte das respostas aos questionários da referida pesquisa, um material amplamente distribuído nas igrejas católicas. O material expressa um esforço conjunto para enfrentar a “*ideologia nefasta*”, por meio da qual as escolas estariam confrontando a educação familiar e seus preceitos morais, ensinando sobre “*práticas sexuais perversas*”. Embora esse investimento pedagógico não se restrinja às igrejas católicas, a opção se deve ao fato de que há um forte jogo enunciativo advindo de agentes religiosos católicos, especialmente do arcebispo metropolitano, que merece ser problematizado.

### **3 A moral das teologias políticas e as experiências com os gêneros e sexualidades**

Michel Foucault (2006a) discute a ideia de moral como sendo tanto o conjunto de valores e regras de conduta propostos aos sujeitos por diversos aparelhos prescritivos – o que o filósofo chama de *código moral* –, quanto os comportamentos dos sujeitos mediante as regras e valores propostos, ou seja, com qual intensidade se submetem a determinados princípios de conduta. Com isso, Foucault problematiza a relação que se estabelece com o *código* em termos de respeito e negligência, concordância e divergência, variação e transgressão, constituindo modos distintos de se conduzir em referência aos sistemas prescritivos. As ações dos sujeitos diante desses códigos morais dizem, portanto, de certos modos de se conduzir moralmente, modos de sujeição que se estabelecem a partir da relação com as regras e valores e com a obrigação de colocá-los em prática. Não haveria, assim, a constituição de sujeitos morais sem modos de subjetivação, que se fundamentam em relações consigo mesmo, em certas formas de atividade sobre si.

A ideia de moral vem sendo constantemente acionada por indivíduos e grupos conservadores para destacar um conjunto de regras e valores que deve ser protegido,

pois seria a base para uma sociedade sadia e ordeira. É possível observar isso nas propostas de lei que convergem para o programa escola sem partido, quando afirmam a “*precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa*.”. Ou seja, caberia apenas à instituição familiar promover uma educação moral, considerando a prevalência das regras e valores familiares sobre aqueles construídos nas relações sociais e convivência democrática pública. Em se tratando do campo religioso cristão, esses indivíduos e grupos têm investido, de modo enfático, na reiteração desses códigos, associando-os com os planos divinos. É possível observar a presença constante de agentes religiosos cristãos no debate público, em especial por meio da internet e dos meios de comunicação de massa, fazendo circular enunciados que servem como fios para a tessitura, pelos sujeitos, de uma moralidade que produzirá modos de conduzir-se na relação com os *códigos religiosos*.

Na relação com preceitos morais religiosos produzir-se-ia, desse modo, uma experiência religiosa. Nas relações que se estabelecem com a diversidade de enunciações que compõem discursos religiosos podemos ser subjetivados/as e elaborar crenças e certos modos de agir e viver, sujeitando-nos, em diferentes níveis de intensidade, a uma moral. Com os efeitos dessa discursividade passamos a nos ocuparmos de nós mesmos. Que efeitos produzem os enunciados e ações político-pastorais de agentes religiosos sobre os modos como as pessoas se conduzem? Que experiências religiosas se produzem?

As religiões cristãs apresentam distintos posicionamentos no que concerne às diversidades sexuais e de gêneros, seja no modo como concebem e lidam com elas, seja na relevância que atribuem a sua discussão. Importante destacar que, no interior de cada confissão religiosa, os sujeitos podem apresentar distintos modos de pensar e de lidar com essas questões. Assim, evito generalizar os posicionamentos dos sujeitos mediante sua vinculação às religiões, ou seja, o fato de um sujeito reconhecer-se como tendo um determinado pertencimento religioso não o faz mais ou menos preconceituoso, por exemplo. Porém, é possível analisar o investimento de teologias políticas, a intervenção das religiões, como mensagens divinas, na organização social e política da sociedade (SANTOS, 2014), na elaboração de modos de condução moral e de experiências religiosas pelos sujeitos. Especialmente a partir da íntima relação dos discursos religiosos com a verdade. Foucault (2006b) argumenta que as verdades são deste

mundo, produzidas a partir de coerções e produtoras de efeitos regulamentados de poder.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2006b, p. 12).

Os discursos religiosos cristãos vêm se colocando nas práticas sociais como discursos de verdade, “discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2008, p. 22). Discursos que são acolhidos e encontram meios para funcionar como verdadeiros, sob caráter impositivo e doutrinário. Como analisa Foucault (2008), o pertencimento doutrinário se constrói com a partilha, por um conjunto de indivíduos, de um só e mesmo conjunto de discursos, pelo reconhecimento das mesmas verdades e pela conformidade com os discursos validados. Além disso, a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe outros, ou seja, por mais que a doutrina religiosa-cristã proíba os enunciados que lhe são exteriores, precisa deles para estabelecer sua singularidade, sua diferença.

Como discurso de verdade, o discurso religioso-cristão constitui um conjunto de códigos e leis a partir dos quais os sujeitos deverão se conduzir. Com o monitoramento das mídias e dos relatos de estudantes e docentes da Educação Básica em ações de formação inicial e continuada e de pesquisa, observo que vem sendo colocada em funcionamento, por algumas igrejas e agentes político-religiosos, uma visão conservadora do código moral-religioso-cristão em relação ao exercício das sexualidades e às relações de gênero, tendo como fundamentos a interpretação literal do texto bíblico e a obediência rigorosa a certos princípios considerados básicos à vida e à doutrina cristãs. Nos enunciados que atravessam as falas exasperadas e os pronunciamentos acalorados de políticos e pastores/as cristãs/ãos podemos identificar que a defesa de certos valores e modos de vida funciona com a recusa de outros, o que entendem como “ameaça às famílias” e à “vida cristã”, parte de um complexo de resistência a processos de mudança que expõem as “fissuras” da heteronormatividade e da cisgeneridade.

As experiências religiosas construídas a partir das pedagogias religiosas parecem dificultar a problematização de concepções e valores relacionados às sexualidades e relações de gênero, tendo em vista os efeitos de verdade e de poder que compõem os jogos enunciativos construídos pelas teologias políticas (FOUCAULT, 2006b). Jogos que investem na crença em uma sexualidade como dimensão a ser vivida pelo casal heterossexual cisgênero e monogâmico, com fins reprodutivos, o que se coloca como modelo de um comportamento “*normal e sadio*”. Homem e mulher figuram como entidades fixas, num esquema de gêneros binários e opostos, definidos por sua “*natureza*”, ou seja, *homem-pênis* e *mulher-vagina*. Orientando-se pelas determinações divinas, esses jogos enunciativos agem como positivities, produzindo modos de ser, de agir e de pensar, naturalizando o sujeito heterossexual e cisgênero como destino de todo ser humano “*normal*” e produzindo a subalternidade de sexualidades e gêneros, relegados ao lugar do desvio, da anormalidade, da antinatureza.

O funcionamento dos discursos religiosos-cristãos, pautado no texto bíblico como suporte explicativo dos fenômenos individuais e sociais, age como direcionador de ações e pensamentos. Discursos que podem capturar com tal intensidade devido ao seu caráter de verdade frequentemente inquestionável, superior, absoluta. Como regime de verdade, articula a produção de saber com a vontade de verdade em torno de relações de poder (FOUCAULT, 2006b; 2008). Problematizá-lo, portanto, pode ser uma heresia para muitas pessoas. É nesse âmbito que localizo as pedagogias religiosas que colocam em circulação saberes sobre gênero e sexualidade, como no material elaborado pelo arcebispo de uma cidade do interior mineiro e distribuído às igrejas de toda a arquidiocese. Na relação com a verdade, essa discursividade possibilita a quem crê entrar no jogo dos enquadramentos de um modo mais sistemático. Retomando o movimento de pesquisa com escolas públicas, observam-se certas críticas aos preceitos religiosos, porém, é possível pensar que as/os docentes conduzem-se por esses preceitos e organizam suas práticas pedagógicas no atravessamento com as experiências religiosas, especialmente no que concerne aos modos de lidar com as questões relativas aos gêneros e sexualidades. Algumas das respostas das/os participantes da pesquisa nos dão pistas sobre essa relação. Ao solicitar que as/os docentes discorressem sobre a relação entre religiões e as questões de gênero e sexualidade na sociedade, observei a ênfase numa relação tensa, disputada e negociada, que poderia ser resumida em: “*A maioria das religiões prega o preconceito em relação às questões de gênero e sexualidade, uma vez que não aceitam relacionamentos que não sejam heterossexuais.*”

(Docente - Escola Municipal). As respostas, de modo geral, para falar dessa relação, traziam em seu texto expressões como “*problemática*”, “*ainda é tabu*”, “*polêmica*”, “*complexo*”, “*as religiões não aceitam e recriminam*”, “*existe muito preconceito*”, “*ainda é pouco discutido no meio religioso*”. Tensões que reverberam nas escolas:

*“A abordagem da relação entre religião e sexualidade ainda é bastante problemática, visto que maior parte de nossos alunos assume-se como cristã e essa vertente religiosa não abarca as questões sobre homossexualismo (sic).”* (Docente - Escola Estadual).

*“Particularmente acho que se tornou um assunto muito polêmico, principalmente em sala de aula. Devido a muitas crenças, falta de informações e preconceitos. E isso na minha opinião é o reflexo de como a sociedade trata o assunto.”* (Docente - Escola Estadual)

As respostas das/os docentes que participaram da pesquisa identificam nas religiões cristãs dificuldades em incluir as identidades de gênero e sexuais, tornando-as marginais. Algo que reverbera nas salas de aula, como espaço de disputas, especialmente devido ao fato de estudantes assumirem-se como cristãs/aos e reificarem uma moral religiosa que funcionaria como impeditivo para discussões sobre os processos de construção das diversidades sexuais e de gêneros.

Diferentes matrizes religiosas cristãs vêm se dedicando a uma intensa colocação em discurso dos gêneros, dos feminismos, dos desejos, das práticas sexuais, incitando formas de intervenção. Enunciados que se estendem para além dos púlpitos das igrejas, ocupando especialmente o espaço das mídias – televisão, revistas, jornais, livros, sites da Internet –, mas também as salas de aula, os encontros familiares entre outros espaços, orquestrando consensos em defesa de valores que, desde o ponto de vista desses segmentos religiosos, deveriam ser difundidos e aceitos universalmente. Pastores/as, padres, bispos/as dizem-se representantes dessa ordem social, alicerçada em códigos morais religiosos cristãos. Ao posicionarem-se publicamente como LGBTTFóbicos podem produzir e reforçar violências? Suas falas e atitudes ganham notoriedade. Veiculadas nas mídias, reverberam em outras vozes, em outros contextos, contribuem para a legitimação de um projeto social que se pauta na exclusão e anulação daqueles/as que não compartilham com a ordem estabelecida. Se suas falas e atitudes se fazem em nome de uma religião que efeitos isso produz? Alguns desses sujeitos contam com um aparato midiático de grande alcance, tornam-se celebridades, passam a ser seguidos/as, admirados/as, tornam-se referências que anunciam o que pensar, o que dizer, de que modos agir. Utilizam-se de suas posições de poder, articulando narrativas que

organizam e espalham o medo, o pânico moral. Sendo assim, é relevante problematizar, como aponta Foucault (2006b), os jogos enunciativos que instauram uma *economia* das relações saber-poder-verdade na produção de sujeitos morais e experiências religiosas.

#### 4 “*Ideologia de gênero*” e a cruzada contra a abordagem dos gêneros e sexualidades na educação



As imagens acima pertencem a um material<sup>4</sup> amplamente divulgado e distribuído após as missas nas igrejas que compõem a arquidiocese. O material é representativo da discursividade que vem se organizando em torno do combate à “*ideologia de gênero*” no município. O arcebispo responsável pelos textos que informam sobre os perigos dessa “*ideologia*” tem organizado uma frente em defesa dos valores cristãos, utilizando seu lugar de saber-poder-verdade para pressionar a câmara municipal e formar uma opinião pública compartilhada, que visa ao repúdio das abordagens de gênero e sexualidade nas escolas, bem como a menção desses termos nos planos municipais de educação e de políticas para as mulheres. Retomando o pensamento de Foucault (2006b), a política geral e a economia dos jogos de verdades envolvem pensar “o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.” (p. 12). Analisando o material selecionado encontramos a delimitação do que seria a “*ideologia de gênero*”:

<sup>4</sup> Jornal “Folha Missionária” – 56ª edição, julho/2015. Disponível em: <[http://www.arquidiocesejuizdefora.org.br/images/documentos/folha\\_missionaria/56%C2%AA\\_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.arquidiocesejuizdefora.org.br/images/documentos/folha_missionaria/56%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso: 20 jan. 2017.

## Diga NÃO à Ideologia de Gênero



### **Q**ue é ideologia de gênero?

É uma corrente de pensamento que prega, entre outras coisas, que uma criança, ao nascer, não tem definição sexual. O aspecto biológico que faz a diferença entre menino e menina não tem nenhum valor. À medida que a pessoa vai crescendo, ela vai escolher qual sexo quer assumir.

os seres humanos como homens e mulheres. As religiões seriam impedidas de ensinar o que é pecado contra a castidade e contra a fidelidade matrimonial. Os ensinamentos bíblicos sobre sexualidade seriam considerados ilegais. Toda e qualquer posição contrária à agenda de gênero seria facilmente considerada homofobia.

### **Quais os maiores perigos desta ideologia?**

A construção de uma sociedade baseada na total permissividade sexual, considerando como valor o que hoje, em muitos casos, conhecemos como promiscuidade.

A usurpação da autoridade dos pais, em matéria de educação dos filhos, passando-a para o Estado.

A partir da lógica da ideologia de gênero, como explica o jurista canônico P.Gervásio Queiroga, seria natural uma possível abertura para novos pseudo-direitos sexuais, como à pedofilia (sexo com crianças), à zoofilia (sexo com animais), ao incesto (sexo com pais, mães, irmãos) e até a necrofilia (sexo com cadáveres), pois todas estas são também tendências sexuais.

Dom  
Arcebispo M<sup>te</sup>

### **O** que é ideologia de gênero?

É uma corrente de pensamento que prega, entre outras coisas, que uma criança, ao nascer, não tem definição sexual. O aspecto biológico que faz a diferença entre menino e menina não tem nenhum valor. À medida que a pessoa vai crescendo, ela vai escolher qual sexo quer assumir.

### **O** que pretendem com este movimento?

Com a desculpa de combater a discriminação de mulheres e homossexuais, pretendem desconstruir a instituição familiar, modificando radicalmente os conceitos sobre pai e mãe, filhos, casamento, sentido religioso da vida familiar, e tudo mais que compõe os valores reais da família. Desconstruir todo o edifício da família no sentido cristão, desconstruir as ideias religiosas sobre sexo, família e sociedade.

### **Como** pretendem impor isto à sociedade?

Através dos meios de comunicação, da mídia, da legislação, da escola e todos os outros meios possíveis.

### **Como** seria a vida se esta ideologia prevalecesse?

Toda referência à definição de sexo seria eliminada. Por exemplo, não haveria mais banheiros públicos para homens separados dos banheiros das mulheres; não se poderia mais comemorar o dia das mães e o dia dos pais, etc. Na escola as crianças seriam ensinadas sobre variadas práticas sexuais a gosto dos educadores, desde que estes fossem favoráveis à ideologia de gênero. Os educadores estariam impedidos de ensinar a lei natural que define os seres humanos como homens e mulheres. As religiões seriam impedidas de ensinar o que é pecado contra a castidade e contra a fidelidade matrimonial. Os ensinamentos bíblicos sobre sexualidade seriam considerados ilegais. Toda e qualquer posição contrária à agenda de gênero seria facilmente considerada homofobia.

### **Quais os maiores perigos desta ideologia?**

A construção de uma sociedade baseada na total permissividade sexual, considerando como valor o que hoje, em muitos casos, conhecemos como promiscuidade.

A usurpação da autoridade dos pais, em matéria de educação dos filhos, passando-a para o Estado.

A partir da lógica da ideologia de gênero, como explica o jurista canônico P.Gervásio Queiroga, seria natural uma possível abertura para no-

vos pseudo-direitos sexuais, como à pedofilia (sexo com crianças), à zoofilia (sexo com animais), ao incesto (sexo com pais, mães, irmãos) e até a necrofilia (sexo com cadáveres), pois todas estas são também tendências sexuais.

**Dom**  
**Arcebispo Metropolitano**

Embora o termo “*ideologia de gênero*” não seja de uso corrente e não obtenha reconhecimento nos estudos de gênero e sexualidade, pelo menos nas correntes contemporâneas, emergindo no âmbito católico “sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000” (JUNQUEIRA, 2017, p. 26), representa uma interpretação, um tanto equivocada e frequentemente confusa, das proposições desses estudos. Toma o conceito de gênero como dado, cristalizado, desconsiderando os dissensos que envolvem a sua discussão em variados campos das ciências humanas e sociais, tratando a questão como apenas *uma* teoria. Representa, como nos diz Rogério Junqueira (2017), um poderoso *slogan* que vem incendiando a arena política em diversos países, englobando e potencializando manifestações contrárias às políticas sociais, reformas jurídicas e iniciativas voltadas à valorização e combate às violências impetradas contra as diversidades sexuais e de gêneros. Parece ter sido cunhado para designar uma ameaça aos valores cristãos, ligada ao avanço no debate e no reconhecimento de direitos fundamentais a partir das conferências internacionais, organizadas pela ONU, sobre população e desenvolvimento e sobre as mulheres, em meados da década de 1990, nas quais a questão da equidade de gênero se apresentou como importante elemento de sociedades democráticas (MIGUEL, 2016).

A centralidade do jogo enunciativo colocado em circulação pelo arcebispo no material aqui analisado encontra ecos em outros sujeitos, grupos e instituições religiosas ao enfatizar a ameaça à família cristã, ou seja, a modificação da configuração dos entes familiares e das relações estabelecidas entre eles, o que seriam “os valores reais da família”. A “desconstrução” do “edifício da família” perturbaria os fundamentos de uma sociedade verdadeiramente cristã. Como argumenta Luis Felipe Miguel (2016), “trata-se de uma ameaça única, indistinta, de subversão dos arranjos familiares que são vistos, a um só tempo, como naturais, de origem divina e indispensáveis à reprodução da vida social.” (p. 597). O combate à “*ideologia de gênero*” a ser implantada nas escolas, portanto, é a defesa da “família natural”, fundada no matrimônio heterossexual e destinada à reprodução.

A segunda preocupação está na “definição sexual”, fundada nos aspectos biológicos que instituem as diferenças (binárias) entre homens e mulheres. A “*ideologia de gênero*” proporia, assim, uma educação pautada na concepção de “gênero neutro”, segundo a qual meninos e meninas seriam criados/as sem qualquer configuração de identidade masculina ou feminina, de modo que apenas quando atingirem certa idade poderão “escolher” a que gênero irão pertencer. Assim, seriam ignorados os aspectos biológicos “inerentes” e “naturais” da pessoa. A concepção religiosa se pauta, desse modo, em uma visão de que haveria uma única forma de expressão de gênero: o binário masculino/feminino. Convém ressaltar que os estudos de gênero e sexualidades não propõem ignorar ou negar o que chamam de “sexo biológico”, mas, como argumenta Guacira Louro (2007), pretendem enfatizar, “deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (p. 21-22). A proposta é pensar que não é apenas a condição biológica, ou seja, não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino (LOURO, 2007).

Os/as idealizadores/as da “*ideologia de gênero*” têm aterrorizado as pessoas e investido sistematicamente para que elas se coloquem contra tal “*ideologia*”, alegando que esta irá atingir aquilo que lhes é mais caro: a família e a liberdade de criar os filhos e filhas. Recusam-se, portanto, a perceber a amplitude dos conceitos de gênero e de sexualidade, bem como de sua abrangência na sociedade. Um investimento que encontra força nas campanhas sistemáticas, veiculadas por materiais impressos, tais como o que foi selecionado para análise, vídeos em canais no Youtube, textos em site da arquidiocese, palestras e cursos direcionados a “educadores”. Os mesmos meios utilizados para ensinar e alertar sobre a “*ideologia de gênero*” são denunciados como fontes de imposição dessa ameaça, englobando também a legislação e a escola. Materiais que colocam em circulação efeitos de poder e verdade, a partir de procedimentos que os incorporam aos processos de subjetivação e produção de experiências de si (FOUCAULT, 2006b). Trata-se da instauração de um pânico moral, conforme anuncia o arcebispo: “*não haveria mais banheiros públicos para homens separados dos banheiros das mulheres; não se poderia mais comemorar o dia das mães e o dia dos pais, etc. Na escola as crianças seriam ensinadas sobre variadas práticas sexuais a gosto dos educadores [...]*”. Uma projeção apocalíptica, com o intuito de produzir alianças com a moralidade religiosa-cristã a partir do repúdio ao projeto nefasto que impediria a igreja de ensinar suas tradições e sacramentos. Invertendo o

jogo, a igreja católica e sua doutrina seriam vítimas de perseguições, proibições e seus ensinamentos sobre sexualidade seriam considerados “ilegais”.

Tal projeção apocalíptica também envolveria a “permissividade sexual”, a “promiscuidade” e, como foi dito, a “usurpação da autoridade dos pais”. Nesse sentido, relembremos as proposições dos projetos de lei ligados ao programa escola sem partido, que apregoam a prevalência da educação moral familiar sobre qualquer proposta escolar. Outros “perigos” envolveriam a possibilidade de que as crianças e jovens passassem a entender como “naturais” práticas sexuais como a pedofilia, a zoofilia, o incesto e a necrofilia. Tais práticas seriam oferecidas às/aos estudantes como um “cardápio” de opções a serem prontamente assumidas.

Está posta a preocupação com a “*ideologia de gênero*” como ameaça que encontra na educação escolar um dos meios de sua propagação. O argumento é que estaríamos num cenário em que se pretenderia “destronar” a heterossexualidade para dar lugar às pessoas LGBTTI. É frequente entre os/as idealizadores/as da “*ideologia de gênero*” uma lógica de que “seres humanos normais”, tementes a Deus e defensores/as da moral, devem se conformar com sua condição biológica de homem ou mulher, bem como com a prática das relações afetivo-sexuais apenas entre estes dois opostos. Um investimento político em perpetuar a hegemonia da heterossexualidade, inferiorizando as outras possibilidades de viver a sexualidade, como que numa organização hierárquica.

A confusão na interpretação que se tem feito das questões de gênero e sexualidades vem sendo utilizada para convencer as pessoas de que a inserção dessas questões nos planos de educação trará grandes malefícios à sociedade e, sobretudo, à família. Uma rede discursiva que deve ser pensada a partir do que ela produz, dos efeitos que exerce sobre aqueles/as que são interpelados pelas pedagogias religiosas, considerando que os discursos são produtivos, criam verdades, instauram jogos de poder. Assim, os sujeitos se educam por meio das pedagogias religiosas da “*ideologia de gênero*”, disponibilizadas por materiais como o jornal aqui analisado. Considerando que, frequentemente, esses mesmos sujeitos não teriam outras fontes de conhecimentos sobre o tema, os jogos enunciativos, como os elaborados pelo arcebispo, podem vir a produzir o doutrinamento que tanto denunciam. Nesse sentido, os discursos dos setores religiosos conservadores acerca da “*ideologia de gênero*” produzem não só uma verdade, mas todo um ritual de luta contra tal ideologia, que é organizado por aqueles/as que passam a se sentir ameaçados/as, já que querem destruir aquilo que para eles é

fundamental. O rompimento dos padrões normativos das relações de gênero e das sexualidades é interpretado como uma ameaça contra o cristianismo e, por consequência, contra a sociedade.

## 5 Finalizando

*“Embora haja, atualmente, muitas críticas e embates acerca dessa relação, enquanto educadora, minhas ações não podem estar pautadas nos meus princípios religiosos. Em espaços laicos, nenhuma religião deveria intervir. Acredita-se que o respeito é primordial, respeito a opinião dos outros da mesma forma que gosto de ser respeitada.”* (Docente - Escola Municipal)

Não vivemos somente com as previsões pessimistas. Nem sempre as experiências religiosas se opõem à problematização dos discursos religiosos-cristãos, já que não funcionam de modo homogêneo. Pode haver diferentes, e às vezes conflitantes, modos de funcionamento desses discursos, na medida em que se associam a outros e se materializam em relações sociais. O excerto acima diz do posicionamento de uma professora durante processo de pesquisa, apontando para a necessidade de não pautar suas ações na escola pelos princípios religiosos. Pensando no âmbito mais geral das relações sociais, trabalhos como o de Natividade e Oliveira (2013) dizem de iniciativas de representantes de igrejas e denominações religiosas, facções de igrejas e até mesmo do surgimento de “igrejas inclusivas”, pautadas na abertura para a convivência com múltiplas sexualidades e gêneros. Configuram-se, assim, possibilidades de ressignificação dos sujeitos e práticas que não se adéquam ao esperado na heteronormatividade e cisgeneridade.

Relevante pensar que são diversas as inseguranças, as tensões e os medos quando se trata de lidar com as sexualidades e gêneros nas instituições escolares, algo que está marcado, especialmente, pelo embaralhamento entre os valores da educação familiar e aqueles preconizados pelos projetos pedagógicos das escolas, provocando embates com certas crenças religiosas, algo que raramente é problematizado. Considero, portanto, que as pesquisas em educação podem contribuir para fomentar o debate e produzir novos olhares sobre essas disputas. Mais do que isso, como propõe Luis Miguel (2016), os movimentos de pesquisa podem gerar problematizações acerca dos papéis estereotipados, naturais e obrigatórios de “menina”, “menino”, “homem”, “mulher”, “gay”, “heterossexual”, que podem reforçar barreiras, estigmatizar

comportamentos e marcar como desviantes os sujeitos que não seguem as regras. “A cultura do estupro, que deriva da ideia de que as mulheres não são seres capazes de autonomia, e as agressões a *gays*, lésbicas e travestis, vistos como “anormais” e, portanto, indignos de respeito, são dois dos efeitos decorrentes.” (p. 615).

Considero também relevante, junto aos movimentos de pesquisa, acompanhar e monitorar a discursividade propagada pelas instituições religiosas, problematizando suas pedagogias. Além disso, diante dos constantes investimentos dos/as idealizadores/as da “*ideologia de gênero*” em campanhas contra as discussões de gênero e sexualidade nas escolas, faz-se importante insistir nas abordagens das diversidades sexuais e de gênero, a partir dos estudos das relações de gênero e sexualidades contemporâneos, em todos os espaços educativos.

### Referências

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22 ed. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 16 ed. Trad. Laura Fraga A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso: 10 dez. 2016.

JUNQUEIRA, Rogério D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula R. C.; MAGALHÃES, Joanalira C. (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidade LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PENNA, Fernando A. Programa “Escola sem partido”: uma ameaça à educação emancipadora. GABRIEL, Carmen T.; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcos L. B. (Orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 43-59.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.